

OA

25 25
50 50

50_25 ARQUITECTURA EM DEMOCRACIA | OA

Título 50_25 Arquitetura em Democracia | OA

Autor Sofia Aleixo

Edição Ordem dos Arquitectos | Conselho Directivo Nacional

Coordenação editorial Sofia Aleixo

Pesquisa Cristina Meneses; Cidalina Duarte

Revisão Raquel Mestre

Fotografia arquivo e site OA; agradecimento às famílias de Nuno Teotónio Pereira; Pedro Brandão e Olga Quintanilha; a João Santa-Rita

Design gráfico Rafael Marques

Impressão Impressral Center Unipessoal,Lda

Tiragem 1000 ex

Local de publicação Lisboa

Data de publicação maio, 2024

Nº de Edição 1ª edição

ISBN 978-972-8897-70-3

Depósito Legal 531599/24



<https://www.ordemdosarquitectos.org/>

ARQUITETURA SEMPRE! – P04

Avelino Oliveira

A REPRESENTAÇÃO DOS ARQUITECTOS – P06

Sofia Aleixo

CARTOON – P10

Francisco Keil do Amaral (Pitum)

DISCURSO DOS/AS PRESIDENTES DO CONSELHO DIRETIVO NACIONAL – P28

CRONOLOGIA – P13

BIOGRAFIAS – P72

ESTATUTOS – P76

MEMBROS HONORÁRIOS – P72

SEDES – P80

ARQUITETURA SEMPRE!

Avelino Oliveira — Presidente da OA

Celebrar os 50 anos do 25 de Abril através da arquitetura é mais do que uma simples sinalização de data ou uma mera homenagem histórica entre arquitetos. É não só uma oportunidade para refletir sobre como a arquitetura tem sido influenciada pelas mudanças sociais e políticas, como também - e provavelmente até mais importante -, a arquitetura portuguesa desempenhou um papel tão relevante no contexto físico e humano que envolve o nosso quotidiano nacional e além-fronteiras.

O compilar dos discursos de tomada de posse dos representantes dos arquitetos portugueses escritos em tempos de liberdade devolve testemunhos marcantes de cada um desses períodos que cumulativamente marcaram estas cinco décadas. Estes Momentos celebrativos e discursivos são muitas vezes oportunidades para que se possam sintetizar alguns factos históricos e, em conjunto, se promova alguma reflexão sobre os processos de decisão estruturantes que conduziram, e irão conduzir, a vida profissional do arquitectos.

O acrónimo 50_25, que atualmente usamos, expressa, quase na perfeição, o associativismo dos arquitectos portugueses neste tempo que agora celebramos. A Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP) funcionou durante quase 25 anos, estendendo-se desde 1978 até ao seu epílogo às portas do século XXI (1998), assinalando-se um patamar intermédio de particular relevância, já que imediatamente após a entrada de Portugal na Comunidade Europeia (1985) a AAP recebeu o ajuste devido ao ser convertida em associação pública (1988). Segundo o Governo de então, a entidade concebida em 1978 por escritura pública deveria agora ser adaptada através de estatutos, definindo objetivos para além dos preconizados por uma simples associação, assegurando a representatividade como interlocutor único com o Estado no domínio do exercício profissional da arquitetura, procedendo ao registo dos arquitectos, regulamentando a sua atividade e salvaguardando a deontologia profissional. Visava então igualmente o diploma conferir atribuições equivalentes às das associações congéneres nacionais e estrangeiras, assegurando a representatividade perante a aplicação da diretiva europeia relativa ao reconhecimento mútuo dos diplomas de arquitetura, e as medidas destinadas a facilitar o exercício da livre prestação de serviços no espaço comunitário.

Dez anos depois, em 1998, a Associação foi alterada para Ordem. Este desiderato ocorre como corolário de um processo de discussão interno, que culminou com a produção de uma proposta de estatutos, a qual foi posteriormente homologada pela classe em referendo interno. Uma leitura atenta permite-nos perceber que a necessidade de revisão do Estatuto da Associação dos Arquitectos Portugueses, designando-a daí em diante por Ordem dos Arquitectos, visou assegurar a representação da profissão, quer na relação com o Estado, quer nas relações com os profissionais da arquitetura.

Neste princípio já se refletem os problemas crescentes com um diploma de 1973, que tardava em ser revogado. O famigerado Decreto n.º 73/73, anterior ao 25 de Abril, que definia a qualificação oficial a exigir aos técnicos responsáveis pelos projetos de obras sujeitas a licenciamento municipal, foi feito num tempo em que se assumia a carência de técnicos projetistas no país (nomeadamente arquitectos). Quase trinta anos depois estava obviamente desatualizado face à crescente formação em Arquitectura e à percepção generalizada da necessidade de qualificação da edificação por técnicos habilitados.

Foi essencialmente por estas razões que o Estado reconheceu a necessidade social de criação da Ordem dos Arquitectos. Assim, partindo do emergente alargamento da esfera de intervenção do arquiteto na sociedade e com os diferentes modos de exercício da atividade profissional a exigirem uma redefinição dos atos próprios da profissão, o Governo promoveu a mudança de Associação para Ordem, conferindo um mais adequado enquadramento às atividades profissionais dos arquitectos na esfera da representação.

No fundo, a criação da Ordem dos Arquitectos é o resultado de um processo desses 50 anos de liberdade pois surgiu impulsionada pelo defesa dos valores constitucionais de 1976 que adotaram um conceito amplo de ambiente e comprometem o Estado com a valorização da paisagem, o ordenamento do território, a preservação de valores culturais de interesse histórico e artístico, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da proteção das zonas históricas.

Obviamente que, interligado a este processo, está o indelével facto de a arquitetura portuguesa ter obtido elevado prestígio internacional e os arquitectos portugueses serem amplamente reconhecidos pelo seu talento e pelas suas contribuições para a arquitetura contemporânea onde as suas obras combinam uma especial abordagem moderna com uma sensibilidade particular para com o contexto histórico e cultural onde se inserem.

Hoje, podemos afirmar que o 25 de Abril de 1974 representa um marco fundamental para os arquitectos e para a arquitetura portuguesa. Nestes 50 anos, o aumento de oferta de formação em Arquitectura e a elevação dos requisitos do seu ensino trouxe milhares de novos membros para a Ordem, tornando-se essencial garantir uma interlocução mais eficaz entre o Estado e os profissionais da área.

Em síntese, ao celebrar o 25 de Abril através dos discursos de tomada de posse de cada um dos presidentes do Conselho Diretivo Nacional, celebramos os arquitectos e valorizamos não apenas os eventos políticos, mas também o impacto que esta disciplina tem nas mudanças sociais e ideológicas ao longo do tempo, materializando o nosso futuro.

Viva o 25 de Abril, Viva a Arquitectura!

A REPRESENTAÇÃO DOS ARQUITECTOS: CELEBRAR A DEMOCRACIA ATRAVÉS DOS DISCURSOS DOS PRESIDENTES

Sofia Aleixo*

Arquiteta, Docente (UÉvora), Investigadora (CHAM-SLHI, FCSH - UNL; IHC-CEHCi, pólo UE)

*membro 4598, CDN | OA

Da oportunidade

Competindo ao Conselho Directivo Nacional (CDN) no âmbito da temática Iniciativas Culturais / Publicações, promover a Arquitectura, os Arquitectos e o seu legado, e ainda proporcionar aos seus membros e à sociedade em geral informação sobre a instituição que representa os arquitectos, actualmente e no passado, foram aprovadas na 9ª reunião plenária, realizada em 3 de abril 2024, as deliberações que estão na base desta edição especial da OA.

Aproximando-se a data comemorativa dos 50 anos de democracia em Portugal, e dos 25 anos da Ordem dos Arquitectos, considerou-se ter o CDN um legado a preservar e honrar, desde o Sindicato Nacional dos Arquitectos (1933), à Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP, 1978) mais tarde Associação Pública (1988), à actual Ordem dos Arquitectos (OA, 1998). A história das cinco décadas de representação dos arquitectos na(s) pessoa(s) do(s) seu(s) presidente(s) reúne-se aqui, na compilação dos discursos (ou, na sua ausência, na sua notícia) de tomada de posse dos membros eleitos para o CDN da AAP / OA desde 1974, valorizando a memória e comemorando o 25 de Abril com o lançamento deste livro, igualmente como mote para uma **Conversa(s) em democracia**, com os presidentes na sede da OA.

Da edição

As opções editoriais passaram por anteceder os discursos por um prefácio escrito pelo mais recente presidente eleito e dar continuidade aos textos dos discursos uma breve cronologia. Do discurso, ou da sua notícia, optou-se pela transcrição integral de acordo com a fonte impressa consultada (*Jornal Arquitectos*, *Informação/Boletim Arquitectos* e site *arquitectos.pt*), e ainda pela solicitação aos autores dos discursos mais extensos, para a sua redução para equilíbrio entre textos, indicando o link para o local onde o leitor poderá aceder ao discurso integral. As imagens procuram um olhar directo, assumindo o cargo para que foram eleitos, transmitindo confiança num mandato que resulta de uma Lista que se apresentou a votos e que será avaliada pelos membros durante o mandato. Afinal, dos presidentes se espera compromisso e dedicação para a defesa e valorização da profissão de arquitecto e da arquitectura.

Deixando a identificação de outros temas da prática profissional na arquitectura para o leitor, onde os contextos político-culturais terão uma influência significativa, uma reduzida síntese dos inúmeros factos e actividades relevantes durante os mandatos compõem uma breve e objectiva cronologia (elaborada com o apoio da historiadora Ana Isabel Ribeiro, a quem se agradece), permite compreender a sucessão temporal de mandatos, os respectivos Congressos e seus motes, elegendo como imagens os logótipos, as sedes e as capas das revistas institucionais.

Constatando a inexistência de um acervo documental sistematizado sobre os discursos presidenciais, de imagens desses discursos, de documentação histórica sobre estes últimos 50 anos da instituição, e num tempo limitado para a produção desta monografia que se queria também comemorativa do 25 de Abril em 2024, optou-se por recorrer apenas às imagens com mais significado para uma memória gráfica destes 50 anos.

Da história

Do período anterior ao 25 de Abril de 1974, a história é conhecida de um modo geral pelos escritos de Ana Isabel Ribeiro que nos deu a conhecer em 2018 “*O percurso associativo dos Arquitectos portugueses*”¹, identificando os “momentos fundamentais deste percurso: a fundação da *Associação dos Arquitectos Cívicos Portugueses*, em 1863; a criação, em 1902, da *Sociedade dos Arquitectos Portugueses (SAP)*; a constituição, em 1933, do *Sindicato Nacional dos Arquitectos (SNA)* por imposição legislativa decorrente da organização corporativa do Estado Novo”.

Para os arquitectos, haverá uma imagem que se associa de imediato ao primeiro dia em democracia em Portugal, quando vemos na Rádio Televisão Portuguesa, a preto e branco, a reportagem da libertação dos presos políticos da cadeia de Caxias onde, na noite de 27 de Abril, Nuno Teotónio Pereira é filmado a ser libertado. Ouve-se a opinião do “arquitecto”. Toma-se conhecimento em directo de que os arquitectos eram presos. Sabia-se das limitações a que a censura obrigava, sabia-se da vontade de encontrar uma representação arquitectónica do país que perdurava mesmo após as conclusões do *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa (1958-1961)*, sabia-se das limitações à liberdade política e artística. Pelo que a imagem da libertação foi inspiradora para toda uma geração que se queria afirmar moderna, que via os seus desenhos serem redesenhados numa aproximação a um ideal nacionalista, como nos contou muito mais tarde Raúl Chorão Ramalho.



Noite de 26 para 27 de abril 1974: depoimento do arquitecto Nuno Teotónio Pereira, libertado da prisão de Caxias, com todos os presos políticos.
Fonte : RTP Arquivo.

1 Ribeiro, Ana Isabel (2018) *O percurso associativo dos Arquitectos portugueses*. Catálogo de Exposição comemorativa dos 20 anos de existência da Ordem dos Arquitectos - Secção Regional do Norte. Ed. OASRN.

Para o conhecimento do período que se segue - entre 1974 e 1978, e da aprovação do Estatuto da AAP nesse ano até à escritura pública da AAP em 1984, que daria início ao processo que permitiria as eleições livres por todos os membros -, recorreu-se às actas das Assembleias Gerais do SNA, então presididas por Rafael Botelho, nomeadamente para compreender: as propostas apresentadas e votadas por um expressivo grupo de 163 arquitectos em 20 de Maio de 1974, a proposta votada e aprovada por 161 sócios de extinção do SNA em 3 de Junho, assim como a 15 de Junho a presença de apenas 34 sócios, que aceita o pedido de demissão dos corpos gerentes. Fica a Assembleia Geral da “extinta” SNA (que só se viria a concretizar em 1978) a tarefa de ir elegendo comissões gestoras do órgão extinto e organizadoras de um novo modelo representativo dos arquitectos. No entanto, só seis anos depois teriam lugar as eleições livres, por todos os associados, para os órgãos sociais. É a partir dessa data que se reúnem neste livro os discursos dos presidentes eleitos para o Conselho Directivo Nacional.

Até à eleição a 29 de outubro de 1984 de Nuno Teotónio Pereira, por eleições directas para os órgãos nacionais e para a duração de um triénio, Justino Morais sucede a Inácio Peres Fernandes que desde 1978 assumia o cargo, tomando posse em 26 de Março de 1983.

Esta monografia não estaria completa sem o contributo humorístico de Francisco Keil do Amaral (Pitum) (membro n.º 299), que acompanha a actividade associativa desde os tempos do já referido *Inquérito*, com uma ilustração que deixa bem claro o sentimento actual da sua geração, que tão intensamente viveu no pós-25 de Abril o projecto SAAL².

Mas esta monografia fala da esperança que nasceu a 25 de Abril de 1974, em que de imediato se decide extinguir o Sindicato e implementar novo modelo organizativo (União ou Associação), num momento histórico em que a maioria dos arquitectos se uniu para definir um novo modo de representação dos arquitectos, já sob efeitos do Decreto 73/73 que haveria de perdurar até ao século XXI, só revogado em 2009. Essa é uma das histórias que trespassa os discursos dos presidentes, que apresentam a sua ideia de instituição de representação e valorização da arquitectura e dos arquitectos portugueses.

Do conteúdo

O significado de “DISCURSO” refere a “realização escrita ou oral de uma língua; a reprodução exata, na primeira pessoa, das palavras de alguém; forma característica de alguém se expressar; exposição de texto oral ou escrito que trata de um ou mais assuntos de uma forma metódica e organizada, que é geralmente preparado antecipadamente e se destina a ser proferido perante uma audiência”. Por sua vez “TOMADA DE POSSE” é um “ato cerimonioso pelo qual alguém é investido num direito, num cargo, numa dignidade”. Assim, “PRESIDENTE” é aquele “que dirige os trabalhos de uma assembleia, de um grupo organizado, de uma comissão especializada, etc.; estar à frente de. E, a palavra “ARQUITECTO”, refere-se a “pessoa diplomada em arquitectura, que tem por profissão conceber o projecto e dirigir a construção de edifícios; pessoa ou entidade que concebe, projecta e realiza qualquer coisa; sinónimos: criador e inventor”. Por fim, “DEMOCRACIA”, sistema político em que o poder reside no povo e dele emana, exercendo este a sua soberania directa ou indirectamente, através de representantes escolhidos em eleições livres e periódicas, que garantam a todos os cidadãos a possibilidade de elegerem e serem eleitos; estado onde vigora um regime político em que os cidadãos escolhem os seus governantes através de actos eleitorais”.

2 O SAAL, Serviço de Apoio Ambulatório Local, foi instituído por despacho conjunto do Ministro da Administração Interna Costa Brás, e do Secretário de Estado da Habitação e do Urbanismo Nuno Portas, em 31 de Julho de 1974. O SAAL foi dividido em três organizações territoriais: SAAL/Algarve, SAAL/Lisboa e Centro Sul, e SAAL/Norte. A 27 de Outubro de 1976, o Ministro da Habitação Eduardo Pereira, e o Ministro da Administração Interna Costa Brás, assinam um despacho interministerial que extingue o SAAL.

Todas estas definições se encontram no *Dicionário da Academia de Ciências*³, e darão alguns indícios sobre o que contém este livro.

No entanto, será na perspectiva da compreensão dos objectivos mais relevantes deste particular modo de comunicação, que requer uma estrutura da argumentação sobre temas relevantes à prática profissional do arquitecto – que, numa perspectiva cultural, para além de técnico, é artista e investigador - que se propõe uma aproximação às palavras dos discursos que, nestes precisos momentos da vida de uma instituição, procurarão explicar visões e defender valores, demonstrar capacidade de fazer, e assim persuadir também os colegas, membros com idêntica formação, que nele/a não votaram.

Sendo a imagem em arquitectura um conceito em expansão (descontrolada?) no meio académico - e com impacto crescente na formação dos arquitectos desde o advento da internet, inclusive causando a morte lenta dos periódicos da imprensa onde a revista de arquitectura imperou durante décadas do século passado -, permiti-me *olhar* para estes discursos, e *ver*, como Bruno Zévi⁴ nos ensinou, propondo um método claro e objectivo; para tal, debrucei-me sobre o recente trabalho de Micaela Aguiar, investigadora em Ciências da Linguagem, e especialista em Análise do Discurso, que estudou as “Imagens presidenciais nos discursos de tomada de posse” num relevante período da história portuguesa, igualmente motivada pela celebração de uma data, a do centenário da República (1911-2011). Cita Charaudeau (2007)⁵, que refere, no uso de estratégias discursivas, fazer o actor do discurso político recurso de dispositivos de argumentação, considerada como uma “prática social” contextual, de influência e com objectivos estratégicos orientados para a persuasão, ou seja, “fazer crer”. E para tal, continuando a referir o trabalho de Charaudeau, utiliza três estratégias discursivas essenciais ao sucesso de um “qualquer projecto persuasivo”⁶: **legitimidade** (reconhecimento colectivo pelos membros de uma classe da imagem do locutor como representante do estatuto institucional), **credibilidade** (a confiança que o locutor transmite e incute), e de **captação do público** (a capacidade de criação de emoções no discurso, posicionando-se e construindo assim o locutor a sua imagem).

E é esta a proposta que deixo ao leitor: **ler** e **ver**.

Dando tempo e espaço aos autores e aos discursos, e assim permitindo uma leitura história da representação dos arquitectos no tempo e com o tempo, sabendo **ler** e sabendo **ver**, germina uma imagem associativa na memória de cada um.

Nota: A autora escreve de acordo com a antiga ortografia.

3 *Dicionário da Língua Portuguesa*. Academia das Ciências de Lisboa. Disponível em <https://dicionario.acad-ciencias.pt> [consultado em 25/04/2024]

4 Zevi, Bruno (1977) *Saber ver a arquitectura*. 2ª ed. Lisboa: Arcádia.

5 Charaudeau, Patrick (2007) De l'argumentation entre les visées d'influence de la situation de communication. In *Argumentation, Manipulation, Persuasion*, L'Harmattan, Paris, 2007, consultado a 27 de Abril de 2024 no site de Patrick Charaudeau - Livres, articles, publications.

URL: <http://www.patrick-charaudeau.com/De-l-argumentation-entre-les.html>

6 Aguiar, Micaela (2017) *Manipulação nos discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo - estratégias discursivas e manipulatórias*. Redis: Revista de Estudos do Discurso, nº 6, ano 2017, pp. 12-37.

CARTOON

Francisco Keil do Amaral (Pitum) – membro n.º 299
2024

